

FOLHA DE LONDRINA

TJ nega liberdade a advogado preso na Operação Publicano 3

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná negou, liminarmente, habeas corpus ao advogado André Luiz de Aquino Arruda, preso na deflagração da Operação Publicano 3, semana passada. A decisão do TJ foi publicada ontem e segundo o relator, desembargador Laertes Ferreira Gomes, “extraí-se dos autos, (...) expressas referências da participação do ora paciente no esquema delituoso”.

Aquino, conforme as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), teria contribuído para ocultação de bens e dinheiro oriundos da propina recebida pelo ex-delegado da Receita Estadual de Londrina, José Luiz Favoreto Pereira, que também segue preso. Favoreto manteria um esquema de lavagem do dinheiro ilegal com a ajuda do irmão Antonio Pereira, da cunhada Leila Pereira, dos empresários Sarguis e Marilúcia Sâmara, além de Arruda.

Para o desembargador do TJ, a “exaustiva e percuciente” apuração do Gaeco demonstrou até agora que os auditores fiscais investigados vinham “perpetrando uma infinidade de atividades criminosas que não podem ser desconsideradas”. O casal Sâmara também apresentou pedido de revogação de prisão no TJ, porém ainda não há decisão. A família Favoreto aguarda manifestação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o habeas corpus.

16 OUT 2015

16 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

Artista plástico ajudou auditor a lavar dinheiro, aponta Gaeco

Para o MP, Sarquis Sâmara usou suas empresas para lavagem da propina que o auditor José Luiz Favoreto Pereira obteve do achaque a empresários
Segundo um dos réus, artista plástico contava com a proteção de auditores e teria sonegado R\$ 20 milhões em tributos

Loriane Comeli
Reportagem Local

Conhecido internacionalmente pela confecção de peças decorativas em alumínio e outros materiais, o artista plástico londrinense Sarquis Sâmara é apontado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina como um grande sonegador de impostos e como um importante auxiliar do auditor José Luiz Favoreto Pereira na lavagem de dinheiro oriundo de propina obtida do achaque a empresários da região.

Sâmara, dono da Duorum Home & Gift, importadora de artigos de decoração, que fica no Parque das Indústrias Leves (zona leste de Londrina), e de outras cinco empresas (algumas em nome de "laranjas"), está preso desde quinta-feira passada, em decorrência de seu envolvimento com Favoreto, na terceira fase da Operação Publicano, que investiga um esquema de corrupção na Receita de Londrina. O artista plástico foi detido em um spa em Sorocaba, no interior paulista. Sua mulher, Marilúcia dal Ross Sâmara, também é apontada com integrante

do esquema de sonegação e lavagem de dinheiro e está foragida.

O promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Gaeco, escreve no pedido de prisão e de medidas cautelares (sequestro de bens e quebra de sigilo) dos investigados na terceira fase da Publicano, que a partir das investigações feitas nos últimos meses "restou constatado que o esquema criminoso engendrado pelo empresário Sarquis José Sâmara remontou em milhões de reais de prejuízo ao Estado do Paraná em sonegação fiscal, além de ter restado comprovado que ele contribuiu eficazmente para a lavagem de dinheiro do auditor fiscal José Luiz Favoreto Pereira".

CONTINUA

16 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Uma das empresas do artista registrada em nome de "laranja" é a Ivonete Pereira Meireles Marinho ME. Segundo o Gaeco, o setor de auditoria do Ministério Público apontou "fortíssimos indicativos" de sonegação fiscal pela empresa, que está em nome de uma funcionária de Sâmara.

Um dos réus colaboradores da investigação, o contador Hederson Bueno, irmão do auditor Marco Antonio Bueno (réu nas duas primeiras fase da operação) e cunhado de Luiz Antonio de Souza, principal delator do esquema, fazia a contabilidade para as empresas de Sâmara. Em depoimento, afirmou aos promotores que a empresa Ivonete foi aberta com a finalidade de redução de tributos, "já que compra por meio de uma empresa e vende por intermédio de outra".

SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS

Também assegurou no depoimento prestado no final de março que apenas a empresa Ivonete teria sonegado aproximadamente R\$ 20 milhões em tributos municipais, estaduais e federais entre 2010 a 2015 e que o artista plástico "contava com a proteção de Luiz Antonio de Souza e de Favoreto" para que suas empresas não fossem fiscalizadas pela Receita. "Denota-se", escreve o promotor, "que a sonegação fiscal realizada pelo empresário Sarquis Sâmara não era apenas descarada, mas plenamente acobertada". A auditoria do MP apontou indícios

de sonegação também na principal empresa do grupo, a Duorum.

Em contrapartida, o empresário aceitava usar suas empresas para lavar dinheiro de Favoreto. A investigação apontou que a empresa de fachada de Favoreto, a PFPJ (registrada em nome de seu irmão e e de sua cunhada), emitiu quase R\$ 200 mil em notas frias para a Ivonete que, posteriormente, transferiu mais de R\$ 400 mil para a empresa "fantasma" do auditor, usada para lavar dinheiro.

No pedido de prisão, o promotor ainda aponta que após a deflagração das operações do Gaeco, Sâmara "tentou ocultar parte do patrimônio fruto da lavagem de dinheiro praticada em conjunto com o auditor Favoreto". Explicou que um veículo BMW comprado por R\$ 165 mil pelo irmão de Favoreto, Antônio Pereira Júnior, com dinheiro proveniente da PFPJ, foi vendido, em janeiro de 2015, para Sâmara e colocado em nome da empresa Ivonete. Posteriormente, esse veículo foi transferido para João Cândido Pereira Neto, considerado pelo Gaeco como "sócio-laranja" da empresa J.C. Pereira Neto & Cia Ltda., outra empresa do artista plástico. A reportagem não conseguiu contato com os advogados do casal Sâmara.

16 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

Lavagem de dinheiro

As investigações da Operação Publicano têm revelado grandes esquemas montados pelos auditores fiscais da Receita Estadual para lavar parte do dinheiro arrecadado por meio de esquema de cobrança de propina de empresas e sonegação de impostos. As ações, reveladas até agora, tinham como alvo a compra de imóveis em Balneário Camboriú (SC), indenizações fictícias e utilização de uma importadora de artigos de decoração. As informações foram obtidas por meio de acordos de delação premiada com alguns réus.

A delação premiada é instituto previsto em lei. Embora polêmica, não se pode negar sua efetividade quando esquemas como esses são revelados. São detalhes importantes que talvez não se tornariam públicos sem esses depoimentos. Além da punição prevista aos infratores, é importante que os promotores trabalhem efetivamente para a devolução do dinheiro desviado em favor do Estado. Esses recursos têm que retornar aos cofres públicos porque pertencem a toda a população e não podem continuar beneficiando algumas poucas pessoas.

A Operação Publicano conseguiu desmontar um grandioso esquema de corrupção que durou por décadas. Milhões de reais foram perdidos – dinheiro que poderia ter sido investido em escolas, hospitais e em obras de infraestrutura. Além disso, mostrou o envolvimento de muitos outros profissionais também empenhados na continuidade e na “legalização” da ação.

É importante que os crimes de “colarinho branco” sejam punidos. A sociedade não pode continuar a assistir passivamente a sangria dos cofres públicos sem que nenhuma atitude contrária seja tomada. A corrupção é um mal que tem que ser extirpado e não pode mais ser tolerada. A população tem que se unir para exigir a punição dos responsáveis e a efetiva devolução dos recursos desviados.

16 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

Parigot de Souza assume a Defensoria Pública do PR

**Ex-corregedor geral do órgão ocupa lugar de Josiane Lupion;
reestruturação das sedes regionais é um dos desafios**

*A falta de repasses para as sedes
regionais comprometeu o
pagamento de serviços terceirizados*

Viviani Costa

Reportagem Local

O ex-corregedor geral da Defensoria Pública do Paraná, Sérgio Parigot de Souza, assumiu ontem o cargo de defensor público-geral do Estado, função até então ocupada por Josiane Lupion. A mudança ocorreu após a eleição realizada no mês de agosto em que os próprios defensores participaram da escolha no novo gestor do órgão. Josiane estava no segundo mandato e permanece como defensora no Estado.

Souza atua pela Defensoria Pública desde 1984 e tem como prioridade buscar mais recursos orçamentários para ampliar a estrutura da Defensoria do Estado, que hoje está presente em apenas 22 cidades. "Já tivemos um grande avanço se considerarmos que até 2011 o atendimento jurídico à população de baixa renda se restringia à cidade de Curitiba, hoje já atingimos parcela dessa população no

interior, mas é necessário a nomeação de mais defensores públicos e servidores."

A Defensoria tem atualmente 75 defensores em exercício, sendo necessário 900 para atender a demanda. Segundo Souza, os recursos que a Defensoria Pública vem recebendo do Estado são insuficientes para a ampliação da instituição e valor liberado está aquém do que foi previsto.

Para a presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná (Adapar), Thaísa Oliveira, a falta de recursos financeiros é o principal desafio para a atuação do órgão no Estado. "A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 prevê um orçamento de R\$ 45 milhões para a Defensoria, um corte de, aproximadamente, 70% no orçamento. No entanto, para o Ministério Público e o Tribunal de Justiça não houve redução. Já existe uma ação ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo para que sejam assegurados

R\$ 140 milhões para o ano que vem", destacou Thaísa, que também é vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep). Uma liminar do STF garantiu o mesmo orçamento de R\$ 140 milhões para este ano, mas os repasses permanecem contingenciados pelo governo no Estado.

O Paraná foi o penúltimo Estado do País a implantar a Defensoria Pública. Apenas o Amapá ainda não possui o órgão constituído, conforme revelou Thaísa. Atualmente, os 75 defensores públicos do Estado atuam em 21 comarcas, incluindo Curitiba e região metropolitana. Porém, a Adapar aponta que seriam necessários 900 defensores em todas as 161 comarcas do Estado para que 70% da população pudesse ter acesso aos serviços gratuitos.

CONTINUA

16 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Os primeiros defensores públicos do Estado foram nomeados há dois anos, em outubro de 2013. Desde então, pelo menos 30 profissionais já deixaram o cargo. Para Thaísa, uma das razões é a falta de estrutura do órgão. Em Londrina, dos cinco defensores nomeados inicialmente, três já deixaram a sede regional. “Um segundo concurso público foi realizado para o cargo de defensor público com 58 aprovados e deve vencer em março. Sem orçamento, não vamos conseguir essas nomeações”, explicou Thaísa. Neste ano, a falta de repasses para as sedes regionais comprometeu também o pagamento de serviços terceirizados nas áreas de segurança e de limpeza. Os recursos destinados ao aluguel dos imóveis em que foram instaladas as sedes regionais também ficaram comprometidos.

Mandados de segurança individuais estão sendo protocolados por representantes de assessores jurídicos, assistentes sociais e psicólogos aprovados no último concurso realizado para a implantação das equipes de apoio nas 21 comarcas. “A Defensoria Pública do Paraná só foi implantada depois de uma decisão do STF. Quer dizer, nem no início houve uma pró-atividade no Estado para instalar a defensoria. Depois disso, houve uma sucessão de

ações junto ao STF em que recorremos cinco vezes em oito meses para assegurar a autonomia do órgão e o orçamento para as atividades. Esperamos que o novo defensor público geral consiga reverter pelo menos esse orçamento”, defendeu a presidente da Adapar.

Uma emenda constitucional de 2014 determina que, em oito anos, todas as comarcas do Brasil devem contar com defensores públicos. Com poucos servidores, a atuação dos profissionais do Paraná fica restrita aos casos relacionados à infância e juventude, família, execução penal e área criminal.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

16 OUT 2015

TRF4 mantém Dirceu na prisão

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgou o mérito do habeas corpus (HC) impetrado em favor de José Dirceu e manteve, por unanimidade, a prisão preventiva. O ex-ministro está preso desde o dia 3 de agosto, quando foi deflagrada a 17ª fase da Operação Lava Jato, batizada de "Pixuleco". O HC já havia sido indeferido liminarmente pelo desembargador federal João Pedro Gebran Neto, relator dos processos relativos à Operação Lava Jato, no dia 18 de setembro. A defesa argumentou que não há um fundamento concreto para justificar a detenção preventiva e que Dirceu tem colaborado com as investigações. Os advogados alegam ainda que o réu encerrou as atividades de consultoria, não havendo risco de reiteração criminosa.

'Fatos concretos'

No entanto, para Gebran, "há sim fatos concretos justificadores da prisão preventiva, tais como o pagamento de propina oriunda do esquema, relatado em delações premiadas, e os registros de serviços prestados ao ex-ministro pagos pelas empresas investigadas, como reformas em imóveis e fretamento de táxi aéreo". "Mostra-se inevitável a adoção de medidas amargas que cessem a cadeia delitiva e sirvam de referência aos que tratam com desprezo as instituições públicas, sempre acreditando na impunidade. Os delitos financeiros e contra a Administração Pública trazem reflexos mais amplos e atingem toda a coletividade", destacou o desembargador em seu voto.

Youssef e o caso Copel/Olvepar

O doleiro Alberto Youssef, preso na carceragem da Polícia Federal (PF) há mais de um ano e meio devido às investigações da Operação Lava Jato, foi interrogado ontem à tarde, pela 2ª Vara Criminal de Curitiba, dentro do processo que apura irregularidades do caso Copel/Olvepar. O londrinense já havia confirmado em depoimentos que prestou dentro de acordo de colaboração premiada que fez operações de dinheiro da compra, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), de créditos de ICMS da empresa Óleos e Vegetais Paraná S/A (Olvepar), e que entregou parte da quantia a aliados de Jaime Lerner, durante o ano de 2002, entre eles o ex-presidente da Copel Ingo Hubert; e o ex-conselheiro do Tribunal de Contas Heinz Herwig. No mesmo processo também foi ouvido o advogado e ex-representante da massa falida da Olvepar, Antônio Brasil Fioravante Pierrucini. Ele também é réu em uma das ações penais da Lava Jato que tramitam em primeira instância, que envolvem a empreiteira Mendes Jr.

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Youssef acusa Durval Amaral de ter recebido de esquema da Copel

Em depoimentos à Justiça Estadual sobre o caso Copel/Olvepar, escândalo de corrupção envolvendo o governo do Paraná em 2002, o doleiro Alberto Youssef e o advogado Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini confirmaram que o então deputado estadual Durval Amaral foi um dos beneficiados do esquema. Aliados do grupo político de Jaime Lerner, então governador, também teriam participado. Durval foi secretário-chefe da Casa Civil de Beto Richa (PSDB). O ex-deputado não foi encontrado para falar sobre a denúncia.

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Youssef e delator dizem que Durval Amaral recebeu de esquema na Copel



Durval Amaral, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, negou ter recebido dinheiro do esquema.

Conselheiro do TC seria o responsável por distribuir verba a deputados

Catarina Scortecci

Em depoimentos prestados na tarde de quinta-feira (15) à Justiça Estadual sobre o caso Copel/Olvepar, escândalo de corrupção envolvendo o governo do Paraná no fim de 2002, o doleiro Alberto Youssef e o advogado Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini confirmaram que o então deputado estadual Durval Amaral foi um dos beneficiados do esquema, que teria sido montado para beneficiar

aliados do grupo político de Jaime Lerner, então governador. Durval hoje é conselheiro do Tribunal de Contas. Já foi secretário-chefe da Casa Civil de Beto Richa (PSDB) e, em 2002, era líder de Lerner na Assembleia Legislativa.

“Me foi dito que ele [Durval Amaral] era a pessoa encarregada de fazer a distribuição do dinheiro aos deputados”, disse Pieruccini, que acrescentou não se lembrar dos nomes dos parlamentares. “Acho que eram 20 e poucos deputados. Eu não teria o menor constrangimento em citar nomes, mas eu realmente não lembro”, completou o advogado, cujo interrogatório durou cerca de duas horas.

Réus da Lava Jato, tanto Youssef quanto Pieruccini também foram denunciados no principal processo criminal do caso Copel/Olvepar, em trâmite na 2.ª Vara Criminal de Curitiba desde 2003, sem qualquer desfecho. No início do processo, entre 2003 e 2005, ambos optaram pela delação premiada e passaram a colaborar com o caso Copel/Olvepar. Neste ano de 2015, em parte por causa do extravio de peças do processo, os dois fizeram novas delações.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

16 OUT 2015

Na frente do juiz Fernando Fischer nesta quinta, Youssef e Pieruccini falaram da dificuldade em resgatar fatos ocorridos há mais de uma década. Ao contrário do que ocorreu em dezembro de 2003, Youssef não deu detalhes sobre a participação de Durval durante o interrogatório de quase uma hora. O doleiro disse, contudo, que endossa todas as declarações feitas por ele anteriormente. Em dezembro de 2003, o doleiro afirmou que Durval recebeu mais de R\$ 2 milhões do esquema. Para todo o grupo político, Youssef afirma que fez três operações de cerca de R\$ 20 milhões no total.

A reportagem não conseguiu falar com Durval nesta quinta. No mês passado, em entrevista à **Gazeta do Povo** sobre as declarações de 2003 de Youssef, o conselheiro negou ter recebido dinheiro do esquema e disse que, naquele ano, como principal opositor do governo estadual que se iniciava, de Roberto Requião (PMDB), ele era alvo de adversários. "Quiseram calar a voz da oposição", disse, na ocasião. Em contato com o Ministério Público no mês passado, a reportagem não conseguiu esclarecer se Durval, em algum momento desde a declaração de 2003 de Youssef, chegou a ser investigado. O Ministério Público Federal não retornou ao pedido de entrevista sobre o caso.

Alto escalão

Os dois delatores voltaram a afirmar que o dinheiro também foi entregue a Ingo Hubert, então secretário da Fazenda e presidente da Copel, e Heinz Herwig, na época conselheiro do TC. Ingo e Hubert são réus do caso e devem ser interrogados nesta sexta (16). O advogado deles, Roberto Brzezinski Neto, disse que só vai se manifestar após a audiência.

CONTINUA

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO

Advogado fala de suposta oferta para silenciar escândalo

“Youssef me contou que haveria uma proposta do Heinz [então conselheiro do TC]”, disse delator

| Catarina Scoretcci

O advogado Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini, que atuou no esquema Copel/Olvepar como representante da massa falida da empresa Olvepar, afirmou na quinta-feira (15) em depoimento prestado ao juiz Fernando Fischer que, durante uma conversa com Alberto Youssef, o doleiro o informou sobre uma suposta oferta de dinheiro que haveria do então conselheiro do Tribunal de Contas Heinz Herwig para que os dois não revelassem o esquema aos investigadores.

“Youssef me contou que haveria uma proposta do Heinz neste sentido”, disse Pieruccini, que só se lembrou do episódio depois que o promotor de Justiça Jacson Zilio leu um trecho da colaboração feita pelo próprio advogado no ano de 2005, na qual constava a oferta do dinheiro, no valor de R\$ 3 milhões.

Na quinta-feira (15), ao lon-

DEPOIMENTO LONGO

O delator foi confrontado com dados prestados por ele em 2005. Em vários momentos ele disse não se lembrar do caso.

go de um depoimento tumultuado, de quase duas horas, Pieruccini foi constantemente confrontado com informações prestadas por ele em 2005 e em vários momentos o advogado afirmou não se lembrar dos relatos passados.

O advogado de Heinz Herwig e Ingo Hubert, Roberto Brzezinski Neto, disse que só soube que Pieruccini estava como colaborador neste processo criminal do caso Copel/Olvepar nesta quinta e chegou a pedir o adiamento da audiência. O juiz Fernando Fischer indeferiu o pedido, mantendo os interrogatórios previstos para o dia.

A nova delação de Pieruccini foi homologada nesta semana, mas nem mesmo as declarações feitas pelo advogado em 2005 eram conhecidas de Brzezinski Neto. Os depoimentos antigos, entre outras peças ligadas ao processo, estavam desaparecidos (leia mais ao lado).

Histórico

A parte criminal do caso Copel/Olvepar tramita há mais de 12 anos na Justiça Estadual, enfrentando tropeços que inclu-

em mudanças de instâncias judiciais e anulação de procedimentos, devido a uma discussão sobre o foro por prerrogativa de função de envolvidos no processo. Nesse processo, além de Youssef, Pieruccini, Ingo e Heinz, há mais quatro outros réus.

Entre as testemunhas arroladas pelas defesas nos últimos anos, estão nomes que pertenciam ao grupo político de Jaime Lerner e que ainda estão presentes no cenário político do Paraná, como o deputado estadual Ademar Traiano (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa; o deputado federal Valdir Rossoni (PSDB); e o ex-deputado federal Eduardo Sciarra (PSD), secretário estadual na gestão Beto Richa (PSDB).

O caso Copel/Olvepar também rendeu denúncia contra o ex-governador do Paraná Jaime Lerner pelos crimes de peculato e formação de quadrilha junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em junho de 2010, o STJ rejeitou a denúncia contra Lerner, pois os ministros entenderam que não haveria prova de que ele teria ciência do crime praticado.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"SEGURANÇA A MAIS"

16 OUT 2015

Após sumiço de peças, juiz manda digitalizar processo

Ao abrir a audiência da quinta-feira (15) do caso Coppel/Olvepar, o juiz Fernando Fischer informou que vai determinar a digitalização do processo, que hoje tem cerca de 30 volumes de papel, sem contar os apensos. "É uma segurança a mais", comentou Fischer, à frente da 2ª Vara Criminal de Curitiba. No mês passado, conforme revelado pela **Gazeta do Povo**, peças do processo "sumiram". De acordo com o advogado de Youssef, Antonio Figueiredo Basto, entre os documentos que ele alega não ter encontrado, estava justamente o primeiro acordo de colaboração do doleiro, firmado a partir de um interrogatório realizado em dezembro de 2003.

Segundo Basto, o conteúdo do interrogatório, conduzido na época pelo juiz federal Sergio Moro, consta do processo, mas o acordo estabelecido a partir das declarações "sumiu", daí a necessidade de um novo termo de colaboração, firmado em agosto. Na quinta-feira (15), durante a audiência, Basto voltou a falar do extravio, registrando oficialmente o motivo que levou seu cliente a fazer uma nova delação.

No mês passado, funcionários da secretaria da 2ª Vara Criminal de Curitiba informaram ter encontrado 39 apensos do processo. Entre as peças que reapareceram, estava a delação de Pieruccini e autos de quebras de sigilos bancários. O acordo de delação de Youssef não foi encontrado nos 39 apensos e, embora ainda haja dúvida sobre o volume integral do processo, funcionários acredi-

tam que esse acordo pode não ter sido de fato homologado.

O processo de digitalização deve levar um mês. (CS)

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO

TJ liberta namorado de fisculturista

Diego Ribeiro

O médico Raphael Suss Marques, principal suspeito pela morte da fisiculturista Renata Muggiatti foi liberado pela Justiça e deveria deixar o Complexo Médico-Penal, em Pinhais, na madrugada desta sexta-feira (16). A soltura foi decidida pela 1.ª Vara do Júri do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), a mesma que havia decretado a prisão por 30 dias no fim de setembro.

Segundo apurou a reportagem, o TJ entendeu que não haveria mais a necessidade de mantê-lo detido após o laudo de necropsia apontar que não houve asfixia de Renata Muggiatti. A Polícia Civil e a defesa de Marques foram procurados pela reportagem, mas não foram encontrados.

A **Gazeta do Povo**, que teve acesso com exclusividade ao documento, apurou que o resultado do exame, porém, não descarta a possibilidade de homicídio para a polícia nem a suspeita sobre o namorado dela, Raphael Suss Marques. A reportagem apurou ainda que a investigação não desconsiderou a asfixia como causa, pois faltam exames complementares, como o resultado da análise do corpo exumado de Renata — que morreu aos 32 anos depois de uma queda do apartamento onde morava, no centro de Curitiba, no mês passado.

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Testemunhas dizem que delegado conduziu suposta operação de execução

Diego Antonelli

Depoimentos de testemunhas ouvidas pelo Grupo de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) afirmam que o delegado Rubens Recalcatti estava à frente da operação que terminou com a morte de Ricardo Geffer e que a vítima teria se entregado antes de ser morta com oito tiros. A informação foi divulgada pelo telejornal Paraná TV, da RPC, na noite da quinta-feira (15). Segundo os depoimentos à que a RPC teve acesso, a vítima estava algemada quando foi atingida pelos disparos de arma de fogo. Durante a abordagem da suposta vítima de execução, Recalcatti teria dito a Geffer: "É você mesmo que a gente quer". O delegado, segundo uma das testemunhas, estava entre os homens presentes na cena do crime. A defesa Recalcatti sustenta que o delegado investigava uma quadrilha e que Geffer foi morto durante uma troca de tiros.

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Curitiba tem a taxa mais elevada de violência doméstica no Sul

Curitiba é a cidade com o maior índice de violência doméstica da Região Sul, aponta a pesquisa do Ministério da Justiça divulgada na quinta-feira (15). A capital do Paraná possui uma taxa de 74,23 casos de violência doméstica por 100 mil habitantes. Para ter um parâmetro comparativo, as taxas em Florianópolis e Porto Alegre são, respectivamente, 19,5 e 16,43.

O estudo aponta que as taxas são altas nos estados do Sul. A maior delas está em Santa Catarina (52,35), seguida por Paraná (50,19) e Rio Grande do Sul (48,14).

Os dados foram extraídos do Sistema Nacional de Agravamento de Notificação, do Datasus e tratam de agressões que chegaram a hospitais.

Interior mais violento

Com exceção de Curitiba, capital com uma taxa consideravelmente elevada de violência doméstica, os outros municípios apresentam taxas menores na comparação com as taxas dos respectivos estados, o que pode indicar que os municípios do interior concentram mais casos de violência dentro de casa. Isso porque os dados estratificados por cidades apresentados no estudo referem-se apenas a capitais ou regiões metropolitanas. (DA)

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Paraná recebe alerta vermelho em diagnóstico de homicídios

Ministério da Justiça aponta que a situação do estado é ruim em três pontos: conflitos envolvendo a polícia, brigas do tráfico e acesso a políticas públicas

Diego Ribeiro e Diego Antonelli

■ O Paraná recebeu um sinal de alerta vermelho sobre a situação dos homicídios dolosos (com intenção de matar) no estado. A pesquisa “Diagnóstico dos Homicídios do Brasil: Subsídio para o pacto nacional pela redução dos homicídios”, do Ministério da Justiça, divulgada na quinta-feira (15), considerou como ruim a situação do Paraná em relação a três itens: conflitos entre a população e a polícia, assassinatos envolvendo o tráfico e estrutura deficiente de acesso da população a políticas públicas. Esses três aspectos são chamados pelo estudo de “macrocausas” dos assassinatos. Além deles, há outras quatro (veja o gráfico).

Quando a “macrocausa” analisada é apenas a

disponibilidade de serviços públicos para a população — estrutura de segurança, saúde, cultura e lazer, e assistência social —, a pesquisa coloca o Paraná ao lado de estados como Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão e Bahia. No caso das mortes em confronto com a polícia ou de conflitos entre população e policiais, o estado está no mesmo grupo de Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

O estudo ainda menciona que o Paraná é um dos estados que não têm um novo planejamento de segurança pública em andamento. Apesar disso, destaca que há um programa atual, o Paraná Seguro.

A secretária nacional da Segurança Pública do ministério, Regina Miki, disse que a divulgação do diagnóstico não pretende criar rankings ou expor os estados. O objetivo, segundo ela, é mostrar uma análise que servirá de base para o pacto nacional pela redução dos homicídios.

Mulheres e idosos

As taxas de homicídios de mulheres e idosos permitem observar quais cidades têm a maior possibilidade de homicídios provocados por violência doméstica (veja o texto

abaixo). Em relação aos homicídios de mulheres, as taxas por 100 mil habitantes são parecidas entre todos os municípios pesquisados. Curitiba tem a terceira maior. A lista inclui Alvorada (6,90), São Leopoldo (5,38), Curitiba (5,05), Porto Alegre (4,21), Florianópolis (3,57) e Canoas (3,54).

Já em relação às taxas de homicídios de idosos, a capital do estado tem o menor índice, 3,48. A cidade com índice mais alto no Sul do país é Alvorada, no Rio Grande do Sul, com 16,9. A pesquisa destaca ainda a informação, já conhecida, de que os jovens são o principal grupo de vítimas de assassinatos.

Abandono escolar

A pesquisa aponta ainda que a taxa de abandono escolar no ensino médio no Paraná é de 6,8% dos matriculados. O dado é preocupante. Segundo Regina Miki, 1% de evasão escolar representa 7% de chances de a pessoa se tornar vítima ou autora de um homicídio. Os dados foram baseados no Censo Escolar 2014, do Ministério da Educação.

CONTINUA

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CAUSAS DOS HOMICÍDIOS NO PAÍS

Um estudo, feito pelo Ministério da Justiça e por vários especialistas em segurança pública do país, construiu um diagnóstico dos homicídios brasileiros. A análise apontou que o Paraná tem que se preocupar com vários aspectos relacionados aos assassinatos, como a falta de acesso a estruturas da segurança pública.

Avaliação do estado no indicador

○ bom ○ alerta / mediano ● ruim

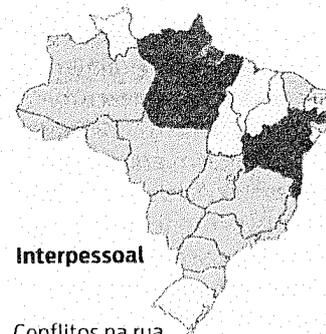
PARANÁ EM SITUAÇÃO DE ALERTA



Casos de violência patriarcal, como homicídios de mulheres, crianças e idosos



Ocorrência de latrocínio, roubo de veículos e a instituições financeiras

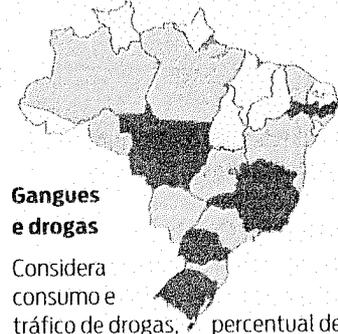


Conflitos na rua e que não envolvam uma relação familiar, como brigas de bar ou vizinhos

PARANÁ EM SITUAÇÃO RUIM



Acúmulo de vulnerabilidades sociais



Considera consumo e tráfico de drogas, percentual de jovens envolvidos, abuso sexual e violência doméstica e rivalidades e padrões violentos para resolução de conflitos



Fonte: Ministério da Justiça. Infografia: Gazeta do Povo.

PARANÁ EM SITUAÇÃO BOA



Fatores de risco para causar homicídios ou potencializar sua concretização (ex: arma de fogo disponível e vulnerabilidade social)

CONTINUA

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Para o governo do estado, diagnóstico precisa levar em conta “conjuntura maior”

¶ A Secretaria da Segurança Pública do Paraná informou, em nota, que tem como prioridade o combate ao narcotráfico e o desmantelamento de grandes quadrilhas em todo o estado. Em relação a mortes decorrentes de confrontos com policiais, a pasta diz que é preciso analisar os números dentro de uma conjuntura maior, cruzando os dados com outros índices, como a quantidade de drogas apreendidas e de armas de fogo retiradas da mão de criminosos.

A secretaria alega que tem aprimorado os métodos de investigação, principalmente com o uso da tecnologia para fiscalização e análise criminal baseada nas localidades com maior incidência criminal. “Com base na análise criminal, as forças policiais desencadearam diversas operações no combate ao crime”, informa.

A secretária ressalta ainda que, em outra publicação nacional, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foi mostrado que aumentou em 17% o número de autuação das ocorrências de tráfico de droga. “Maior número de ocorrências é sinônimo de maior produtividade policial”, alega a secretária.

Parcerias

A nota enviada pela secretaria afirma ainda que o Paraná, por sua posição estratégica com países grandes produtores de drogas, “necessita de parcerias e investimentos de vultos que possam contribuir no combate à criminalidade”.

Em relação ao planejamento estratégico, a secretaria afirma que o Programa Paraná Seguro, criado em 2011, é o planejamento que norteia e define as ações da pasta.

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO

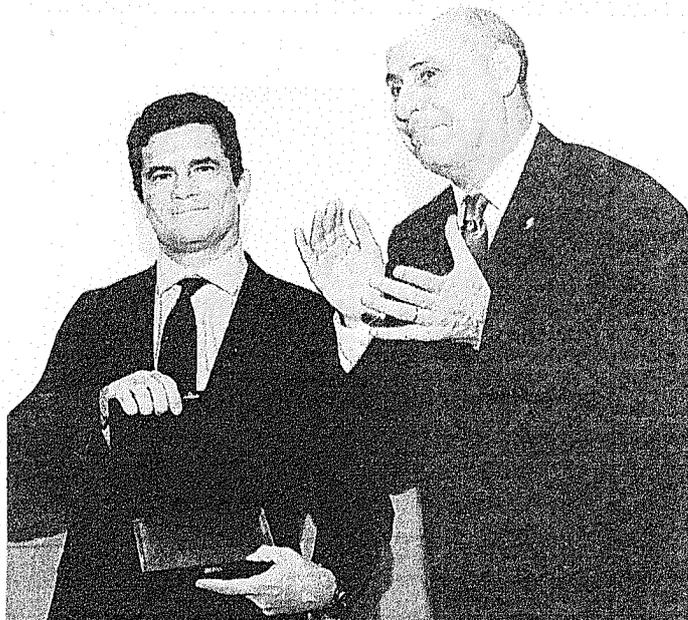
BESSA

Moro pede parceria¹

Na palestra que deu na noite de quarta-feira (14) no auditório do Sinduscon-PR, para empresários da construção civil, o juiz Sérgio Moro afirmou ser de extrema importância a aproximação de setores da sociedade – como a indústria da construção – com o Judiciário, para debater o cenário nacional e ponderar sobre os novos caminhos que se abrem com as mudanças impostas pelo resultado das investigações da Operação Lava Jato, conduzida por ele. “O diálogo em uma democracia é sempre importante. A Justiça tem um poder limitado na prevenção e punição da corrupção. Da iniciativa privada podem surgir medidas relevantes que podem minorar o problema”, destacou.

Moro pede parceria²

Questionado por um dos espectadores sobre como construir uma nova cultura empresarial e de negócios no país, Moro foi contundente: “Fazendo a coisa certa. Dizer não à propina e ao atalho fácil para os negócios. Comunicar eventuais extorsões às autoridades públicas”. E mais uma vez citou como exemplo positivo a associação Addiopizzo, da Itália, que congrega empresários de Palermo comprometidos publicamente a não pagar propina à máfia siciliana. “Grandes empresas têm ainda o dever de adotar sistemas de *compliance* compatíveis com sua responsabilidade social e política”, concluiu, sob fortes aplausos.



O juiz federal Sérgio Moro recebeu uma placa do presidente do Sinduscon, José Eugênio Gizzi, cumprimentando-o pela atuação na Operação Lava Jato.

16 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa será entregue hoje em SP

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) entregará nesta sexta-feira (16), em São Paulo, o Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa 2015 à ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF). A cerimônia será realizada às 10h30 no auditório do jornal *O Estado de S. Paulo* (Av. Engenheiro Caetano Álvares, n.º 55). A premiação, aberta ao público (as inscrições são pelo e-mail anj@anj.org.br), tem por objetivo homenagear pessoas ou instituições que tenham se destacado na promoção ou na defesa da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão. Nesse sentido, a ministra Cármen Lúcia recebe o prêmio das mãos do presidente da ANJ, Carlos Fernando Lindenberg Neto, por seu voto contrário à necessidade de autorização prévia para a publicação de biografias, em processo examinado pelo STF do qual foi relatora. O Supremo decidiu unanimemente contra a necessidade de autorização para as biografias. No evento, haverá apresentações sobre a situação da liberdade de imprensa no Brasil e no mundo.

Supremo proíbe que Congresso inclua "jabutis" nas MPs

O Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu na quinta-feira (15) o Congresso de inserir durante a análise de medidas provisórias (MPs) temas estranhos à norma editada originalmente pelo Executivo. Os chamados "jabutis" ou "contrabandos" são aproveitados pelos parlamentares geral-

mente para aprovar questões polêmicas, sem a devida discussão. A decisão vale para as próximas MPs e não invalida regras que textos já aprovados a partir destes mecanismos. As medidas provisórias podem ser editadas pelo presidente da República em casos de relevância e urgência, têm força de lei e vigência imediata. Por sete votos a três, os ministros do STF decidiram estabelecer a proibição para futuros jabutis.

ENTRELINHAS

"Sociedade de Advogados"

O advogado Alfredo de Assis Gonçalves Neto lança a 6.ª edição de seu livro *Sociedade de Advogados*, nesta sexta-feira (16). A nova edição conta com uma ampliação, em especial no campo do Direito Tributário, que contou com a ajuda de Guilherme Broto Follador. O lançamento é a partir das 18 h, no escritório Assis Gonçalves, Kloss Neto Advogados Associados, na Rua Henrique Itiberê da Cunha, 811, em Curitiba.

16 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

BRIGA

ACIRRADA



Delegado teria pedido apoio de MP-PR em operação. Procurador nega.

Delegados saem em defesa de Recalcatti fazendo acusações contra o Gaeco

Lucas Sarzi
lucass@tribunadoparana.com.br

Nota divulgada pelo presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná (Sidepol) ontem acirrou a guerra entre a Polícia Civil e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). O sindicato acusa o Gaeco de se negar em acompanhar a operação do delegado Rubens Recalcatti, que acabou na morte de Ricardo Geffer. Na nota, o presidente do Sidepol, delegado Claudio Marques Rolin afirma que o órgão não se opõe às investigações do crime, mas classifica a prisão de Recalcatti e dos demais policiais civis como medida midiática, desnecessária e covarde.

O Sidepol diz que antes da operação, Recalcatti teria pedido apoio do Gaeco e teve resposta negativa. Em contrapartida, Leonir Batisti, procurador de Justiça e coordenador estadual do Gaeco, afirma que sequer recebeu ligação com o pedido.

Ainda segundo o Sidepol, a prisão não precisava acontecer, porque nenhum dos policiais investigados se opôs a esclarecer os fatos e dar novas informações para as investigações.

TESTEMUNHAS

De acordo com Batisti, não se trata de a pessoa se colocar a disposição ou não. “Na visão do Ministério Público, a investigação contra policiais precisa de cuidados, pra evitar ameaça às testemunhas”, explica Leonir.

A nota do Sidepol faz ataques pessoais contra Batisti e outros promotores do Gaeco, mencionando arquivamentos de investigações. Afirma também que o Gaeco tem interesse em desestabilizar o Secretário de Segurança, Wagner Mesquita.

Batisti rebateu explicando que todos os arquivamentos de investigações são decididos pela Justiça.

Segundo ele, os atuais dirigentes da Segurança Pública, desde secretários de estado à comandos policiais, estão encaminhando e agindo corretamente em seus cargos. “O que aconteceu é um fato isolado e não da polícia como um todo”.

RENATA MUGGIATTI

Namorado é solto

Diego Ribeiro

O médico Raphael Suss Marques, principal suspeito da morte da namorada, a fisiculturista Renata Muggiatti, em setembro, foi liberado pela Justiça e deveria deixar o Complexo Médico-Penal, em Pinhais, na madrugada de hoje. Segundo apurou a reportagem, não haveria mais a necessidade de mantê-lo detido após o laudo de necropsia apontar que não houve asfixia da jovem. A Polícia Civil e a defesa de Marques foram procurados, mas não foram encontrados. O exame, no entanto, não descarta a possibilidade de homicídio para a polícia nem a suspeita sobre Raphael. Existiriam outros

indícios que serão revelados ao final do inquérito.

QUEDA

O documento mostra que não há também lesões produzidas por unhas humanas na região do pescoço, o que indicaria esganadura. Na conclusão, o médico-legista Daniel Colman registrou que houve esmagamento de cabeça, causado pela queda livre. O texto é taxativo ao negar a asfixia.

Na noite de ontem, a polícia informou que realizaria a reconstituição do crime na residência de Renata, durante a madrugada. A delegada Ana Cláudia confirmou que Raphael estaria presente.



JORNAL DO ÔNIBUS

Novo laudo descarta asfixia em modelo

Um novo laudo dos exames de necropsia realizados no corpo da fisiculturista Renata Muggiatti, de 32 anos, aponta que a atleta não foi asfixiada antes de cair de uma altura de mais de 100 metros de altura. O namorado, o médico Raphael Suss Marques. Está preso por ser suspeito do crime.

METRO

Caso Renata. Justiça manda soltar ex-namorado suspeito

A Justiça determinou ontem à noite a soltura de Raphael Marques, ex-namorado de Renata Muggiatti, morta ao cair de um prédio no Centro de Curitiba em 12 de setembro.

O médico foi detido no último dia 25 em prisão temporária, com prazo de 30 dias, mas a 1.ª Vara do Júri decidiu libertá-lo após o exame de necropsia concluir que Renata não foi asfixiada, como se suspeitava.

A soltura foi programada para ocorrer de madrugada, logo depois da reconstituição do crime, com a presença de Marques, da defesa dele e da polícia. A reconstituição foi marcada para a meia-noite.

“Não há qualquer indício de violência, o que existem são factoides, ilações e criações, nenhuma prova”, diz o advogado Edson Abdala, que defende Marques.

O caso está sob segredo de Justiça, mas, segundo a Gazeta do Povo, haveria outros elementos no inquérito sustentando as suspeitas sobre Marques. Renata caiu do 31º andar do prédio na Rua Visconde do Rio Branco.

“Ele [Marques] está preocupado, como qualquer um estaria, mas está tranquilo, porque é inocente”, diz Nicolas Jametti, amigo do médico, que relatou uma visita de pessoas próximas a ele na carceragem

16 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cunha usou na Suíça o mesmo esquema de preso na Lava Jato

Operador abriu contas para o presidente da Câmara e também para Cerveró, ex-diretor da Petrobras condenado no petrolão

Uma conta atribuída pela Suíça a Eduardo Cunha, presidente da Câmara, foi aberta a partir de esquema usado pelo ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró para movimentar dinheiro no exterior, informa **Leandro Colon**.

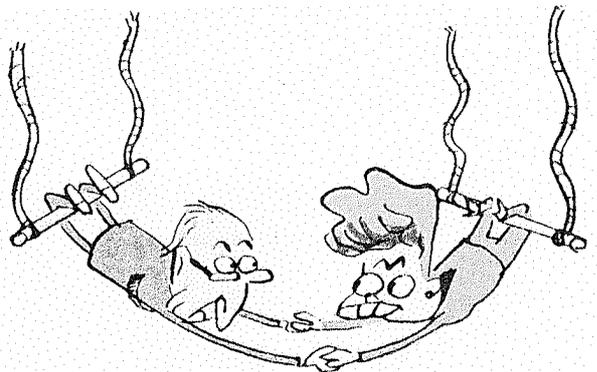
Ambos são apontados como beneficiários de cobrança de propina em contrato da Petrobras de US\$ 1,2 bilhão.

Documentos registrados em Cingapura mostram que o elo é o operador Luis Maria Pineyrua Pittaluga, que trabalha para escritório de advocacia do Uruguai e abriu contas para eles na Suíça.

Em abril deste ano, autoridades suíças bloquearam US\$ 2,4 milhões (R\$ 9,1 milhões) depositados em uma conta atribuída ao deputado.

Preso na Lava Jato, Cerveró já foi condenado a 12 anos e três meses pelo juiz Sergio Moro. Já Eduardo Cunha é alvo de denúncias da Procuradoria-Geral da República e no Conselho de Ética.

Em depoimento e entrevistas, o presidente da Câmara negou a existência das contas e seu envolvimento com o petrolão.



16 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cunha usou mesmo operador que Cerveró para abrir conta

Empresa de fachada com sede em Cingapura movimentou dinheiro na Suíça

Escritório uruguaio abriu contas para presidente da Câmara e ex-diretor da Petrobras na mesma época

LEANDRO COLON
DE LONDRES

A principal conta atribuída pela Suíça ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi aberta com ajuda do mesmo operador usado pelo ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró para movimentar seu dinheiro no exterior.

De acordo com informações enviadas pela Suíça à Procuradoria-Geral da República, a conta foi aberta em setembro de 2008 por uma empresa de fachada batizada como Netherton Investments, com sede em Cingapura.

Documentos obtidos pela **Folha** em Cingapura revelam que essa empresa foi criada pouco antes, em julho de 2008, por outra registrada na Nova Zelândia, a PPCI New Zealand Trust.

Quem assina como diretor da PPCI é um homem chamado Luis Maria Pineyrua Pittaluga, que trabalha para um escritório de advocacia do Uruguai e na mesma época ajudou Cerveró a abrir uma conta na Suíça.

De acordo com documentos enviados pela Suíça ao Brasil, a conta de Cerveró foi aberta por Pittaluga em nome da Forbal Investments, uma empresa sediada em Belize, paraíso fiscal no Caribe, em julho de 2008.

A conta atribuída a Eduardo Cunha tinha saldo equivalente a US\$ 2,4 milhões (R\$ 9,1 milhões) em abril deste ano, quando ele virou alvo de suspeitas na Suíça e os recursos foram bloqueados pelas autoridades.

Segundo as informações enviadas ao Brasil, o presidente da Câmara e sua mulher, Cláudia Cruz, mantiveram outras três contas na Suíça. Duas foram fechadas no ano passado, pouco depois das primeiras prisões da Operação Lava Jato.

SUSPEITAS

A Procuradoria-Geral da República acusa Cunha e Cerveró de envolvimento com o esquema de corrupção descoberto na Petrobras. Segundo os procuradores, eles receberam propina dos fornecedores de navios-sonda alugados à Petrobras entre 2006 e 2007.

Cunha foi denunciado pelos procuradores ao Supremo Tribunal Federal, que ainda não decidiu se aceita a denúncia e dá início ao processo em que ele será julga-

do. Cerveró, preso em Curitiba desde janeiro, foi condenado pelo juiz Sergio Moro a 12 anos e três meses de prisão por causa do episódio.

O envolvimento de um mesmo operador na abertura das contas associadas a Cunha e Cerveró pode reforçar as suspeitas de que o deputado abriu as contas para movimentar recursos desviados dos cofres da Petrobras.

Os lobistas Júlio Camargo e Fernando Baiano, que participaram das negociações do contrato das sondas e hoje colaboram com as investigações da Operação Lava Jato, dizem que Eduardo Cunha recebeu US\$ 5 milhões em propina dos fornecedores dos navios.

Os navios foram fabricados pela Samsung Heavy Industries, da Coreia do Sul. O contrato, que foi negociado na época em que Cerveró era o diretor da área internacional da Petrobras, custou US\$ 1,2 bilhão à empresa estatal.

CONTINUA

16 OUT 2015
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Os documentos da Suíça que mencionam o operador de Cerveró foram anexados pela Procuradoria-Geral da República ao inquérito que deu origem à denúncia apresentada contra Eduardo Cunha ao Supremo, em agosto.

As informações sobre as contas atribuídas a Cunha chegaram ao Brasil na semana passada. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, abriu ontem outro inquérito para investigar as contas do presidente da Câmara.

Nos papeis da PPCI New Zealand, Pittaluga aparece como representante do escritório Posadas & Vecino Consultores, que tem sede no Uruguai e também atua na Suíça.

O mesmo escritório também trabalhou para uma empresa chamada Hayley, que foi usada para movimentar recursos no exterior para o lobista Fernando Baiano e o ex-diretor da Petrobras Renato Duque, que também está preso em Curitiba.

CONTINUA

16 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

▶ OUTRO LADO ◀

Cunha e advogado não respondem

A **Folha** entrou em contato com a assessoria de imprensa do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e seu advogado, Antônio Fernando de Souza, mas eles não responderam até a conclusão desta edição.

O jornal perguntou ao deputado sobre as relações de Cunha com Luis Maria Pineyrua Pittaluga e o escritório Posadas & Vecino Consultores.

A assessoria informou que ele só se manifestaria por meio do seu advogado, mas Souza não foi localizado pela **Folha**. A reportagem deixou recados com sua secretária e enviou perguntas ao advogado por e-mail e mensagens por telefone celular, mas Souza não respondeu.

Em declarações anteriores, Eduardo Cunha negou ter qualquer envolvimento com o esquema de corrupção descoberto na Petrobras e disse que não tem contas secretas no exterior. Em março deste ano, ele foi enfático ao negar possuir contas durante depoimento à CPI da Petrobras.

Nas últimas semanas, depois que a Suíça e o Ministério Público Federal confirmaram a existência das contas atribuídas a Cunha, ele parou de falar em público sobre o assunto, evitando discutir detalhes sobre as investigações em andamento na Suíça.

16 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

STJ mantém dono da Odebrecht na prisão

Defesa alegava que executivo não oferece risco às apurações e pedia medida alternativa

O ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), negou nesta quinta-feira (15) a concessão de uma decisão provisória (liminar) para garantir liberdade ao empresário Marcelo Odebrecht, presidente da Odebrecht, preso desde 19 de junho por suspeita de participação no esquema de corrupção da Petrobras.

O ministro entendeu que cabe à 5ª Turma do Tribunal, responsável pela análise dos casos ligados à Lava Jato, avaliar a situação do empreiteiro.

A defesa alegou que Marcelo Odebrecht não oferece mais risco às investigações, uma vez que as apurações se encontram em estágio avançado. Os advogados argumentaram ainda que caberiam medidas alternativas, como prisão domiciliar.

A Justiça Federal no Paraná já abriu ação penal contra Marcelo Odebrecht e mais 12 investigados por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Segundo o juiz Sergio Moro, do Paraná, o empresário estaria envolvido diretamente na prática dos crimes, orientando a atuação dos seus subordinados, o que estaria evidenciado principalmente por mensagens dirigidas a eles e anotações pessoais apreendidas no curso das investigações.

Apesar da expectativa de advogados da Lava Jato de que a chegada do ministro Marcelo Navarro ao STJ —ele tomou posse no fim do mês

passado— poderia favorecer os réus em recursos contra decisões de Moro, o ministro tem decidido por manter prisões decretadas pelo juiz.

A 5ª Turma do STJ também rejeitou pedido de habeas corpus da defesa do ex-diretor da Petrobras Renato Duque. Ele foi condenado a 20 anos e oito meses de prisão, em regime inicialmente fechado.

MUNIÇÃO

Em outra decisão liminar, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou que o Ministério da Justiça forneça à Odebrecht uma certidão com detalhes sobre a cooperação jurídica internacional estabelecida com a Suíça nas investigações da Lava Jato.

A defesa da empreiteira espera que esse documento aponte que os procuradores brasileiros obtiveram informações bancárias na Suíça antes que o Ministério da Justiça apresentasse o pedido formal de colaboração ao país.

Segundo o entendimento da defesa, esse fato configuraria uma ilegalidade, o que serviria de munição para que os advogados recorram à Justiça para tentar anular as provas obtidas na Suíça.

Procurado pela **Folha**, o Ministério da Justiça informou que a decisão do STJ está sob análise no órgão.

A Procuradoria-Geral da República relatou que não tomou ciência sobre a liminar e não iria se manifestar. A instituição afirmou que a cooperação com a Suíça observou as regras dos dois países.

(MÁRCIO FALCÃO E FLÁVIO FERREIRA)

16 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dilma poderá opinar se convém ter Gilmar Mendes como relator

Temer, PT, PMDB e PSDB também deverão se manifestar sobre papel do ministro em ações contra a petista no TSE

O magistrado tem feito críticas constantes ao PT; nesta quinta, ironizou as dificuldades políticas da presidente

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Dias Toffoli, pediu nesta quinta (15) para que a presidente Dilma Rousseff e seu vice, Michel Temer, se manifestem sobre a eventual indicação do ministro Gilmar Mendes para a relatoria de quatro processos de cassação contra ambos que tramitam na corte.

A solicitação também foi feita ao PSDB, autor das ações, ao PT e ao PMDB.

Advogados que atuam na corte afirmaram que a decisão de Toffoli não é comum.

Vice-presidente do TSE e ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Mendes tem feito críticas pesadas e constantes à gestão petista.

Em 2014, ele foi relator da prestação de contas da campanha petista, aprovada por unanimidade, com ressalvas.

Nos processos, o PSDB pede apuração de denúncias de abuso de poder econômico e político e suspeitas de que recursos desviados da Petrobras tenham financiado a reeleição de Dilma. O PT nega.

Toffoli disse que pediu para ouvir os envolvidos pois a ministra Maria Thereza de Assis Moura abriu mão de con-

duzir os processos. Relatora, ela negou a abertura de um dos pedidos de apuração. Mas, por 5 a 2, o TSE reabriu a ação e agora discute se a tramitação dos casos será conjunta e o relator. Ela informou então que não queria mais ficar com a relatoria e sugeriu Mendes como substituto.

Nesta quinta, Mendes voltou a criticar Dilma. Ele ironizou as dificuldades políticas da presidente. Disse que "ninguém se mantém no cargo com liminar do Supremo", em referência às decisões provisórias de Teori Zavascki e Rosa Weber que suspenderam o rito articulado pela oposição para tramitação de um eventual processo de impeachment. (MÁRCIO FALCÃO)

16 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ALCANCE DA MÃO

Com as dificuldades agora colocadas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para o impeachment de Dilma na velocidade desejada pela oposição, o julgamento das contas no TSE, que pode culminar em cassação, voltou a ser visto como possibilidade concreta de que a bandeira do afastamento seja levantada novamente com força pela oposição em 2016.

EU PROTESTO

Um encontro de intelectuais organizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP vai discutir hoje a ameaça de impeachment. Será divulgado um manifesto em que o impedimento é classificado como “extraordinário retrocesso” que traria “sérios riscos à constitucionalidade democrática”.

EU PROTESTO 2

“Impeachment foi feito para punir governantes que efetivamente cometeram crimes. A presidente Dilma Rousseff não cometeu qualquer crime”, diz ainda o texto. “O que vemos hoje é uma busca sôfrega de um fato ou de uma interpretação jurídica para justificar o impeachment. Como não se encontram fatos, busca-se agora interpretações jurídicas bizarras, nunca antes feitas neste país.”

16 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

ANJ concede prêmio a Cármem Lúcia, do STF

**Ministra condenou
censura de biografias**

A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Cármem Lúcia recebe nesta sexta (16), na capital paulista, o prêmio de Liberdade de Imprensa da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

A ministra foi relatora da ação que considerou inconstitucional exigir autorização de biografados, familiares ou representantes para publicação de biografias.

Em junho, o STF liberou por unanimidade a publicação de biografias não autorizadas. O tribunal decidiu que a exigência representa uma censura e, portanto, viola a liberdade de expressão que é garantida pela Constituição.

“Censura é forma de calar a boca. Pior, de calar a Constituição. O que não me parece constitucionalmente admissível é o esquiteamento da liberdade de todos em detrimento da liberdade de um. Calar a boca já morreu, é a Constituição do Brasil que garante”, disse a ministra Cármem Lúcia ao apresentar seu voto na ocasião.

A entrega do prêmio conta ainda com a presença de Larry Kilman, secretário-geral da Associação Mundial de Jornais e Editores de Notícias, que falará sobre a situação da liberdade de imprensa no mundo.

Também nesta sexta, a ANJ divulga seu relatório sobre liberdade de imprensa no país.

16 OUT 2015

METRO

Gaeco não apoiou Recalcatti em operação, acusa sindicato

Divergência. Policiais dizem que Gaeco recusou auxílio à equipe do delegado antes da ação que resultou em suposta execução. MP nega

O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná, Claudio Marques, afirmou ontem que o Gaeco se recusou a apoiar o delegado Rubens Recalcatti na operação que matou Ricardo Geffer, de 22 anos, supostamente executado.

Geffer foi morto em 28 de abril, duas semanas após um assassinato do qual ele era suspeito e investigado por Recalcatti. O apoio do Gaeco, segundo essa versão, foi negado no dia em que a equipe foi à zona rural de Rio Branco do Sul, na grande Curitiba, para prender Geffer.

"Foi ele mesmo [Recalcatti] quem nos repassou isso", disse Marques, que sustenta a posição de que houve um

tiroteio entre o suspeito e os agentes, e não uma execução.

"Nós não temos histórico de execução, nossa missão é investigar e prender. Estamos lutando para que todas as operações sejam filmadas, para evitar essas palhaçadas contra os policiais", disse.

O coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, não foi localizado, mas disse ao portal Paraná Online que "sequer recebeu ligação com pedido de apoio à operação".

Indícios de execução estão em um laudo que informa que Geffer levou oito tiros, um deles no crânio, de cima para baixo. Marques defende que isso não caracteriza execução. "Em um confronto armado um tiro poderia per-

feitamente ser dado dessa maneira. De qualquer modo, não contestamos a investigação do Gaeco, mas a prisão foi desnecessária", afirmou.

Paralisação e protesto

Um protesto contra a prisão de Recalcatti foi marcado no Facebook para hoje às 17h, em frente à sede do Gaeco, e já tinha mais de 700 confirmados até o início da noite.

Além disso, o advogado Cláudio Dalledone, que defende Recalcatti, informou que as entidades policiais articulam uma paralisação para a próxima quarta-feira.



RAFAEL
NEVES
METRO CURITIBA

16 OUT 2015

BEM PARANÁ

Mortes dolosas

TAXA DE HOMICÍDIOS (POR 100 MIL HABITANTES)

Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)		Homicídios (total)		
1º	Santa Catarina	8,7	1º Bahia	5.450
2º	São Paulo	9,8	2º Rio de Janeiro	4.610
3º	Paraná	12,2	3º São Paulo	4.294
4º	Roraima	14,5	4º Ceará	4.144
5º	Amapá	15,3	5º Minas Gerais	3.954
6º	Minas Gerais	19,1	6º Pernambuco	3.233
27º	Ceará	46,9	12º Paraná	1.354



PR tem a 3ª menor taxa de homicídios do País

Estado só fica atrás de Santa Catarina e São Paulo, segundo estudo de Ministério

A taxa de homicídios dolosos do Paraná em 2014 ficou em 12,2 para cada grupo de 100 mil habitantes. É a terceira menor entre todos os estados mais o Distrito Federal. Atrás do Paraná apenas São Paulo, com taxa de 9,8, e Santa Catarina, que apresentou 8,7 casos para cada 100 mil.

Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, e fazem parte do relatório Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Ho-

micídios, do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) de 2014.

Em números absolutos, o estado que registrou o maior número de assassinatos em 2014 foi a Bahia, com 5.450 (36 por 100 mil habitantes). Em seguida, estão Rio de Janeiro (4.610) e São Paulo (4.294), com taxas de 28 e 9,8 por grupos de 100 mil habitantes.

O Paraná, segundo o relatório, contabilizou 1.354 casos, participando com 2,89% de todos os homicídios dolosos no País no ano passado. O Estado com menos casos no total

foi Roraima, com 72 assassinatos do tipo em 2014.

De acordo com o Ministério da Justiça, o diagnóstico fez um recorte com 80 municípios, localizados nas 26 unidades da Federação e a região administrativa de Ceilândia, no Distrito Federal, somando 81 localidades prioritárias de ação, agregando 22.569 registros de homicídios dolosos em 2014, o que representa, aproximadamente, 50% do total de assassinatos registrados no Brasil.

A intenção do ministério é que o estudo sirva de ferr-

menta de gestão para os estados no enfrentamento da criminalidade, observando as coincidências entre as altas taxas de homicídio e outros problemas sociais, econômicos e culturais.

Como comparativo no âmbito internacional sobre as taxas dos estados brasileiros, países com históricos de guerra civil, como o Congo (30,8), e com altas taxas de homicídio associadas ao narcotráfico, como a Colômbia (33,4), possuem taxas menores que muitas das unidades nacionais do relatório.

16 OUT 2015

Apoio a Recalcatti

BEMPARANÁ

Delegados fazem paralisação no dia 21

Os delegados da Polícia Civil do Paraná fazem, na próxima quarta-feira, uma manifestação em protesto contra a prisão do delegado Rubens Recalcatti, preso na terça-feira pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Os delegados fazem uma paralisação das 8 às 20 horas. A manifestação também apoia os investigadores que também foram presos.

"Vai ter (a paralisação). Mas não queremos causar constrangimento, prejuízo para a sociedade, até porque sabemos que o crime não paralisa. Então vai ser uma paralisação curta, das 8 às 20 horas, mais para chamar a

atenção da sociedade", disse o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná (Sidepol), Claudio Marques Rolin e Silva. O protesto tem também o apoio da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná (Adepol).

"Hoje estivemos com o Recalcatti e ele mesmo pediu para que o movimento não afetasse a população mais carente. Então vamos atender normalmente casos de flagrantes e também casos mais graves. A ideia é reunir diversas entidades sociais e fazer um movimento que vai marcar essa questão", completou Silva.

Ontem, o Sidepol divulgou uma carta assinada pelo

seu presidente, repudiando "veementemente", a prisão feita pelo Gaeco. Segundo a carta, não havia necessidade da prisão, já que o delegado Recalcatti já havia se disposto a fornecer qualquer informação sobre o caso ao Ministério Público.

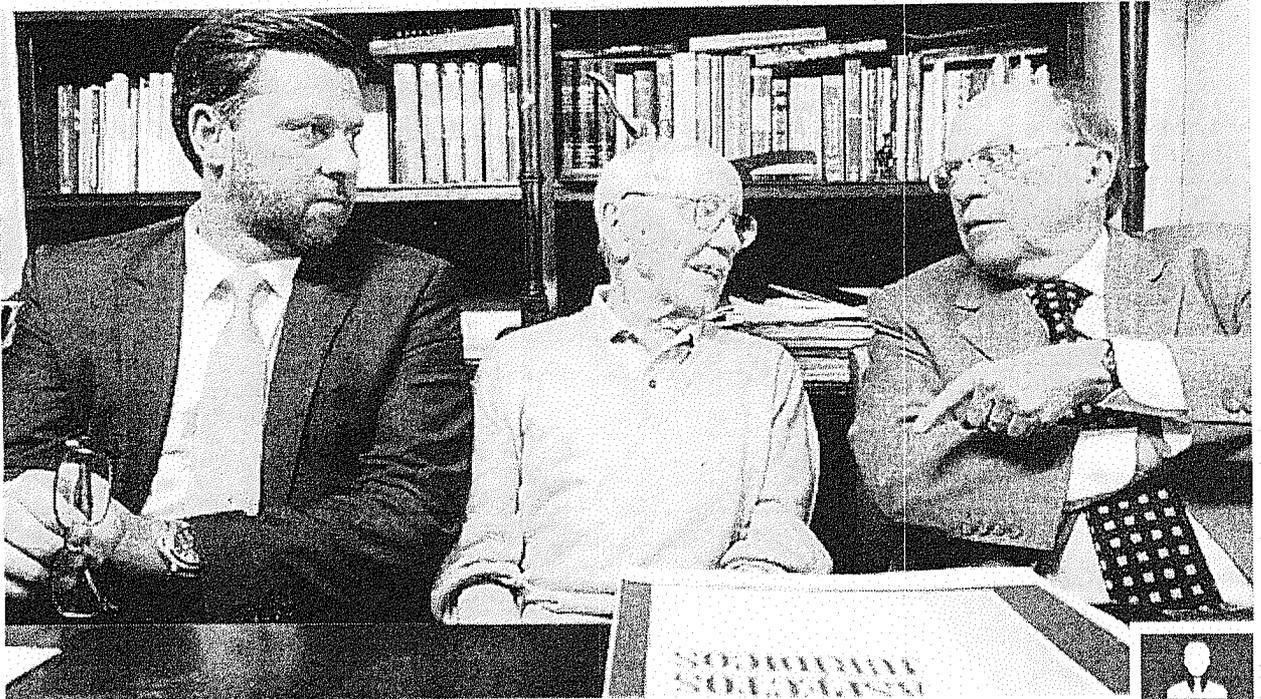
"Não nos opomos às investigações do fato, mas classificamos a prisão do Delegado e dos Investigadores como medida midiática, desnecessária, arbitrária, insana e covarde", diz trecho da carta do Sidepol.

Recalcatti e outros investigadores foram presos acusados da morte de um homem em Rio Branco do Sul, que era suspeito da morte de João Dir-

ceu Nazzari, ex-prefeito de Rio Branco do Sul, em abril deste ano. Segundo o Gaeco, há indícios de que o suspeito foi executado.

Laudos — Ontem, um laudo do Instituto Médico-Legal (IML) mostrou que o homem morto no suposto confronto com a equipe de Recalcatti — também em abril deste ano — foi morto com oito tiros, sendo um na área da cabeça. Desde o início, Recalcatti e os investigadores alegavam que a morte aconteceu em confronto.

A defesa do delegado tem outra versão e se baseia em outro laudo feito há cerca de 40 dias, que evidenciaria que a morte resultou na troca de tiros.



Os autores do pedido foram ao cartório em São Paulo formalizar o processo

Juristas registram outro pedido de impeachment

Hélio Bicudo, um dos autores, criticou liminar do STF

Os juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr. foram nesta quinta-feira (15) ao 4º cartório de notas de São Paulo para reconhecer firmas de um novo pedido de impe-

achment da presidente Dilma Rousseff. Inicialmente, a oposição planejava fazer um aditamento a um pedido que já tramita na Câmara, elaborado por Bicudo, um dos fun-

dadores do PT, e Reale Jr. No entanto, os deputados opositoristas mudaram de ideia porque, segundo o líder do PPS, Rubens Bueno (PR), a decisão do Supremo Tri-

bunal Federal (STF) de suspender o rito definido por Cunha para eventuais processos de impeachment não permite aditamentos a pedidos já em tramitação. ●

NOTA POLÍTICA

Zé Dirceu depõe

O juiz Sérgio Moro marcou nesta quinta-feira (15) as primeiras audiências do processo a que o ex-ministro José Dirceu responde na Justiça Federal do Paraná. No início de novembro, devem ser ouvidos delatores Operação Lava Jato arrolados pelo Ministério Público Federal (MPF) como testemunhas de acusação.

15 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Inviável pedido ao Supremo de inclusão da capoeira nas Olimpíadas de 2016

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou a tramitação de Mandado de Segurança (MS 33826) impetrado contra suposta omissão da presidente da República, do governador do Estado do Rio de Janeiro e do prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Com o MS, o Instituto de Advocacia Racial (Iara) pretendia que fosse reconhecido o direito de a capoeira figurar como esporte de exibição nas Olimpíadas de 2016. Ao decidir pelo não conhecimento do MS, o ministro destacou que não há previsão constitucional que habilite a análise da matéria pelo STF.

No mandado de segurança, o instituto alegava que as autoridades citadas integram o Conselho Público Olímpico e são responsáveis pelo órgão de gestão e instância máxima colegiada dos Jogos Olímpicos 2016, conforme previsto no Protocolo de Intenções entre a União, Estado do Rio de Janeiro e o município do Rio de Janeiro (Lei 12.396/2011), após a Instituição do Ato Público Olímpico (Lei 12.035/2009). Esta norma, conforme consta no MS, teria reconhecido a política de ação afirmativa nas Olimpíadas de 2016 a fim de garantir a diversidade étnica, observado o princípio da proporcionalidade de gênero e inclusão de afrodescendentes, indígenas e pessoas com deficiência também em licitações, cargos em comissão e contratações.

O instituto defendia a inclusão da capoeira como esporte de exibição nas Olimpíadas de 2016 uma vez que se trata de “promoção de direitos humanos, reparação da escravidão, política de ação afirmativa, além de constituir em política pública de Estado antirracista”. Sustentava, ainda, que até o momento as autoridades não se posicionaram sobre a questão.

O ministro Celso de Mello entendeu não ser possível o conhecimento do MS, uma vez que “as autoridades apontadas como coatoras, individualmente consideradas, não dispõem, cada qual, de competência para ordenar a inclusão de determinada atividade como esporte de exibição nas Olimpíadas de 2016”. Com base na estrutura da Autoridade Pública Olímpica (APO), o ministro entendeu que não cabe a cada um dos chefes dos Poderes Executivos da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro exercer qualquer competência de natureza deliberativa, tendo em vista que, “na esfera de atribuições do Conselho Público Olímpico (CPO), o poder decisório (estritamente limitado às funções indicadas na Cláusula 11, parágrafo 5º, do Protocolo de Intenções) rege-se pelo princípio da colegialidade”.

15 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AÇÃO QUE PEDE ISENÇÃO DE TAXAS PARA IMIGRANTES POBRES TERÁ QUE AGUARDAR JULGAMENTO

Uma ação civil pública que busca isentar estrangeiros pobres do pagamento de taxas na expedição de registro nacional e de carteira de identidade de estrangeiro teve o pedido de tutela antecipada negado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou a ação na Justiça Federal de Caxias do Sul em abril deste ano sob o argumento de que a cobrança violaria o princípio constitucional da dignidade da pessoa e do direito ao exercício da cidadania.

Após ter o pedido de isenção imediata negado em

primeira instância, o MPF apelou ao tribunal. O relator do caso, juiz federal Sérgio Renato Tejada Garcia, convocado para atuar no tribunal, entretanto, manteve a decisão de primeiro grau.

Para Tejada, o fato de serem cobradas taxas aos imigrantes não tem inviabilizado o exercício dos direitos fundamentais. Segundo o magistrado, o perigo de perecimento de direitos é requisito essencial para justificar a antecipação da tutela, o que não estaria ocorrendo no caso.

O processo seguirá o trâmite normal na 3ª Vara Federal de Caxias do Sul.

COMISSÃO APROVA FLAGRANTE PROVADO PARA RECONHECIMENTO POR TESTEMUNHAS

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou hoje proposta que prevê uma nova modalidade de flagrante delito: o “flagrante provado”. A medida está prevista no Projeto de Lei 373/15, do deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA), que acrescenta essa figura jurídica no Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) para permitir a prisão em flagrante pelo reconhecimento

do autor por testemunhas, fotos ou vídeos.

O texto original permitia que esse novo flagrante ocorresse a qualquer tempo, e chegou a incluir a confissão entre as condições que poderiam gerar um flagrante. Após discussões, o relator, deputado Índio da Costa (PSD-RJ), mudou os termos da proposta e limitou o tempo da nova modalidade de flagrante, que só pode ser feito “logo após” o crime.

JUSTIÇA FRANCESA RECONHECE “SEXO NEUTRO” PELA PRIMEIRA VEZ

A Justiça francesa reconheceu pela primeira vez o direito de uma pessoa ser definida como de “sexo neutro”, saindo do sistema “masculino-feminino” em seus documentos. A decisão, tomada por juízes de Tours, no centro da França, em 20 de agosto, foi revelada pela imprensa apenas nesta semana. “Não se trata de reconhecer a existência de um ‘terceiro sexo’, mas de observar a impossibilidade de definir o interessado como de um sexo ou de outro”, destacou a sentença.

15 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mantida condenação de ex-prefeito de Afonso Bezerra (RN)

Em decisão unânime, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a recurso especial interposto por ex-prefeito do município Afonso Bezerra (RN) condenado por improbidade administrativa.

O então prefeito foi denunciado pelo Ministério Público por ter contratado, sem licitação, serviço de transporte escolar do pai de um vereador municipal para transportar estudantes. Ainda segundo a denúncia, os estudantes beneficiados eram netos do contratado e sobrinhos do vereador.

O ex-prefeito foi condenado à suspensão de direitos políticos por três anos, multa civil equivalente a cinco vezes o valor que recebia como prefeito e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, também pelo prazo de três anos.

PACIENTE COM ASMA DEVE USAR TRATAMENTOS DISPONÍVEIS NO SUS ANTES DE PEDIR MEDICAÇÃO DIFERENCIADA

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou o recurso de uma moradora de Maringá (PR) portadora de asma brônquica que ajuizou ação solicitando o fornecimento do fármaco 'Omalizumab', que não é disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A 4ª Turma entendeu que não há provas que demonstrem que os remédios disponíveis na rede pública de saúde são ineficazes no tratamento da enfermidade.

A autora ajuizou ação contra o município de Maringá, o

estado do Paraná e a União. Ela narrou ter realizado diversos tratamentos para a sua enfermidade, não obtendo êxito em nenhum deles. A autora alegou que cabe ao médico que a acompanha determinar qual medicamento deve ser utilizado, ainda que não seja de uso convencional.

O pedido da paciente foi negado pela Justiça Federal de Maringá, que entendeu que o fármaco não é o único apto ao tratamento da doença. A autora recorreu da sentença no TRF4, mas o tribunal manteve a decisão.